



Autógrafo de Lei nº 102

Projeto de Lei nº 115

**LEI Nº. 096/2021**

**Súmula:-** Dispõe sobre o funcionamento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) do Município de Apucarana, como especifica.

**Jornal Tribuna do Norte**

Edição nº 9142 Pág. B5

13 NOV 2021

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-**

**L E I**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a remunerar os membros da **JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI**, criada pelo Decreto nº 147/2002, na forma de retribuição pecuniária - JETON, na razão de **2,5 (duas e meia unidades)** de UFM's - Unidade Fiscal do Município de Apucarana por reunião que comparecerem, comprovadas mediante Portaria de nomeação, registro e assinatura de Ata de reunião.

**§1º** Fica vedado o recebimento da remuneração pelos membros ou suplentes que mantenham vínculo remuneratório com o Município de Apucarana ou Autarquia Municipal.

**§2º** Fica estipulado a realização de até 6 (seis) ordinárias por mês. Havendo a necessidade de maior número de sessões, deverá o Presidente da JARI solicitar de forma justificada ao Diretor-Presidente do IDEPPLAN a realização de sessões extraordinárias, ao qual caberá a apreciação do pedido.

**§3º** O mandato dos membros será de 01 (um) ano, com possibilidade de apenas uma recondução pelo mesmo período, aplicando-se as demais regras do Decreto 156/2002.

**Art. 2º** As reuniões da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI serão realizadas em conformidade com o Regimento Interno aprovado por meio do Decreto nº 156/2002.

**Art. 3º** A remuneração será devida aos membros titulares que comparecerem nas reuniões e, aos suplentes quando presentes nas reuniões no exercício em substituição dos titulares. O valor será devido apenas quando no efetivo desempenho da função e devidamente comprovada sua participação na respectiva sessão.

**Art. 4º** Não será devido o benefício em caso do membro faltar ou afastar-se do efetivo desempenho das funções na Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI.



- Art. 5º** O pagamento do benefício não caracteriza reconhecimento de vínculo empregatício.
- Art. 6º** O pagamento será efetivado mensalmente, com os devidos descontos fiscais, devendo ser comprovado o comparecimento por remessa pelo Superintendente Municipal de Trânsito e Segurança do Município de Apucarana, de relatório e cópia das Atas das respectivas Sessões, juntamente com o pedido de pagamento emitido e assinado pelo Presidente da JARI.
- Art. 7º** A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI do Município de Apucarana foi regulamentada pelo Decreto nº 156/2002, seguindo ainda as regras da RESOLUÇÃO Nº 233 DE 30/03/2007 DO CONTRAN – CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, observado o disposto no Inciso VI, do Artigo 12, do Código de Trânsito Brasileiro.
- Art. 8º** As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias constantes no Orçamento vigente, suplementadas se necessárias.
- Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

**Município de Apucarana, em 09 de novembro de 2021.**

**Sebastião Ferreira Martins Júnior**  
(Júnior Femac)  
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR  
(Júnior da Femac)  
Prefeito Municipal